

Sentidos Que Configuram O Brasil: O Sujeito E Sua Língua*

Instruciones Que Constituye El Brasil: Sujeto Y Tu Idioma

Regiane Coelho Pereira Reis**

Resumo: Este ensaio objetiva evidenciar o acontecimento discursivo intitulado “Língua e Ignorância”, configurado como manifesto da ABRALIN (Associação Brasileira de Linguística), redigido pela então presidente, Maria José Foltran, contextualizado na polêmica instaurada a partir de um trecho do Livro didático do MEC: *Por uma vida melhor*. Para tanto, apresentamos, opinativamente, uma discussão linguística, seguida da posição teórica de Foltran a partir do acontecimento midiático que operacionalizou um *mal-dizer* no espaço da escolarização. O texto sofreu vários recortes, expondo questões de variação linguística, além da reflexão sobre o ensino de língua materna/oficial brasileira.

Palavras-chave: Acontecimento discursivo, livro didático, mídia, variação e língua materna.

Resúmen: Este ensayo tiene como objetivo resaltar el evento discursivo titulado “Lenguaje y la ignorancia”, establecido para manifestar la ABRALIN (Asocia-

Introdução

Palavra puxa palavra, uma ideia traz outra, e assim se faz um livro, um governo ou uma revolução, alguns dizem que assim é que a natureza compôs as suas espécies.

Machado de Assis

A epígrafe machadiana corrobora, na perspectiva da História das Ideias Linguísticas, a ideia de que a instauração do sentido principia por meio da palavra¹ e esta compreende o modo como o sujeito instrumentaliza a significação. Reflexivamente, *palavra*

* Texto apresentado à Pós-graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Londrina (UEL), como exigência parcial para conclusão do Estudo Avançado intitulado “História das Ideias Linguísticas”, ministrado pela Profa. Dra. Claudia Regina Castellanos Pfeiffer (UNICAMP), em dezembro de 2012.

** Professora de Linguística e de Língua Portuguesa do Curso de Letras da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Campus do Pantanal (UFMS/CPAN). E-mail: regiane.reis@ufms.br

¹ Nosso objetivo central não é definir o termo palavra, por isso o tratamos, nesse contexto, num amplo sentido, já que sua definição tem causado controvérsias entre os teóricos da ciência linguística.

ción Brasileña de la Lengua), escrito por el entonces presidente, José María Foltran, contextualizada en controversia traída de una didáctica extracto MEC libro: "Por una vida mejor". Presentamos, opinativamente, un argumento lingüístico, entonces la posición teórica de Foltran del acontecimiento mediático que operacionaliza un mal que decir en el espacio de la escolarización. El texto ha sufrido varios recortes, exponiendo temas como variación lingüística, además de la reflexión sobre la lengua materna de enseñanza/oficial brasileño.

Palabras claves: Acontecimiento discursivo, libros de texto, medios de comunicación, la variación y la lengua materna.



puxa palavra e este significar constrói pontos de vistas e constitui sujeitos contextualizados em âmbito social e, por isso mesmo, portadores de identidade cultural e linguística. Esse é o *poder da palavra* tratado por Gusdorf (1995) e por Biderman (1998).

Com efeito, considerando a temática proposta para este ensaio, o acontecimento discursivo intitulado "Língua e Ignorância", um manifesto da ABRALIN (Associação Brasileira de Linguística), de autoria da então presidente, Maria José Foltran, referenciado na polêmica que foi instaurada a partir de um trecho do Livro didático do MEC: *Por uma vida melhor* (coleção *Viver, aprender*)². Recentemente, a mídia promulgou acirrada discussão "linguística" sobre o fio discursivo retirando desse texto didático cinco a seis linhas relativas à variação linguística que estariam operacionalizando um *mal-dizer* no espaço da escolarização. A proposta discursiva de Foltran sofrerá vários recortes a fim de embasar a discussão aqui instaurada. Para tanto, um pouco de história se faz necessário.

O Brasil colonial e sua(s) língua(s)

Em termos de identidade, os sentidos ideológicos que configuram o Brasil emergiram, quase concomitantemente, com o surgimento do homem-nativo-

² Texto extraído do site: <http://saraiva13.blogspot.com.br/2011/05/associação-brasileira-de-linguistica.html>. Acesso em: 24/07/2012.

-brasileiro³, após a sedimentação dos processos colonizadores impostos pelos portugueses.

Sob a perspectiva histórica, fatores diversos contribuíram para a formação da identidade brasileira, dentre eles, o viés linguístico se sobressai por óbvias razões: a imposição de uma língua torna-se intenso fator de dominação político-econômica e, em contrapartida, o uso de um idioma nacional funciona como importante instrumento de unificação e perpetuação cultural.

Coutinho (1976, p. 322-341)⁴, no seu capítulo “O Português do Brasil”, aborda essas questões quando historia que a língua transladada pelos “descobridores” portugueses encontrou-se com a *língua geral* – o tupi – forte concorrente, particularmente, difundida como língua materna pelas falantes nativas das terras de aquém-mar que, como ordem natural das coisas, disseminavam sua língua aos seus descendentes “mestiços”, frutos da mistura com os europeus. Além delas, os missionários jesuítas também contribuíram para manter o tupi como língua nacional por mais de dois séculos (1549-1759⁵), objetivando uma maior eficácia na “evangelização” dos indígenas (concepção de *língua utilitária* de Orlandi, 1990, p. 80). Num período posterior ao citado, somam-se a esses fatores, as incursões dos bandeirantes paulistas para o interior do Brasil em busca de riquezas fazendo uso comunicativo do *abanhéem*, falado pelos guias nativos.

Na contramão da difusão da língua geral, a dominação sistemática da colônia brasileira por portugueses impôs, com o passar das épocas, o apagamento do sujeito que aqui já significava, o nativo e sua(s) língua(s) tupi(s), para poder significar o outro que para cá veio – o branco europeu e sua língua portuguesa. É nesse momento, historicamente dado, que surgem imposições de todas as ordens, especialmente, tendo eficaz efeito, a reforma pombalina que exigia o uso da língua portuguesa como idioma nacional do Brasil.

O seguir da história revela que as quase mil e trezentas línguas indígenas foram “apagadas” e, aos poucos, tomou forma a língua geral e, esta, por sua vez, num processo longo e assimétrico acabou por ser oficialmente suplantada pela língua portuguesa, com forte imposição do Estado. Pois bem, se, nesse momen-

³ O termo significa o brasileiro nascido na colônia pós-mistura de raças, de línguas e de culturas. Nos anais da história desse povo brasileiro, os primeiros nascidos na Terra de Vera Cruz, depois do início da colonização, são chamados pelos “europeus” de *mestiços*, de um modo estigmatizado. Isto porque não eram considerados nem nativos (índigena) nem brancos (europeu). Cf. sobre o assunto Diégues Jr. (1960).

⁴ Além desse autor, outros trataram do assunto como: ORLANDI, 1990; CAMÂRA Jr., 1977 e MATOS e SILVA, 2004.

⁵ http://www.passeiweb.com/saiba_mais/fatos_historicos/brasil_america/chegada_dos_jesuítas. Acesso em: 23.02.2012.

to, houve a tentativa de apagamento dessas línguas indígenas vinculadas a uma “língua geral”, de base tupi, como forma de constituir uma identidade brasileira que refletisse a portuguesa, no que concerne à perpetuação da memória desse apagamento, lamentavelmente, o sucesso dessa estratégia teve força garantida até uma ou duas décadas atrás. Já que se veiculou até pouco tempo, a não verdade de que o Brasil era um país monolíngue.

Estes fatos apresentados reiteram o papel da língua, enquanto memória discursiva construída ao longo da história, além das inter-relações entre ciência e política, funcionando como delimitadora da constituição dos sujeitos e do formato da sociedade. Acerca do assunto, Pechêaux alertou que a “língua é relativamente autônoma, não está solta no mundo...”, por isso, afirma ainda que o sentido de nação é um sentido epistemológico, construído, de certo ponto de vista, a partir da escrita. Esse é o assunto que nos conduz a esta reflexão.

A língua, a escrita e o sujeito.

Partindo dos pressupostos teóricos que envolvem a variação linguística, entendemos que o problema parte do posicionamento histórico-cultural enraizado na sociedade brasileira, no sentido de perpetuar não só o preconceito linguístico como também outros tipos de preconceitos, como, por exemplo, o preconceito racial.

A título de ilustração, se pensarmos na mistura étnico-cultural que subjaz à formação do povo brasileiro, preconceitos raciais dificilmente seriam veiculados no país verde-amarelo. A assertiva se firma no simples fato de que a nação brasileira se formou a partir da fusão de povos distintos: europeus, indígenas e africanos. Analisando este fato histórico à luz da linguística da variação, o falar brasileiro reflete, nas suas normas regionais, a mistura étnico-cultural e linguística que compõe os sujeitos do Brasil atual. Natural, pois, seria o respeito à diversidade linguística e à racial.

Outra questão que se impõe, discutida por Foltran, é a mudança linguística inerente a todas as línguas naturais. Se considerado mais este fator, a variação, do ponto de vista da gramática tradicional, será um processo “irreparável” na linguagem. Ou seja, não há como evitar o fato de que uma mesma língua, dependendo de quem a fale (letrado/iletrado), dos processos de sua produção (formal/informal), do contexto no qual é falada (espaço geográfico) e, ainda, do grau de conhecimento entre interlocutores (colegas, amigos, familiares, estranhos), varie no tempo e no espaço. Orlandi (1990) trata dessas concepções no texto “A Dança das Gramáticas”, especialmente, conceituando língua como *língua imaginária* e *língua fluida* (p. 74-75).

Partindo do ponto de vista da autora do manifesto, já no título do texto surge a temática apresentada nos parágrafos anteriores: a “*Língua*” e a “*Ignorância*”. A partir do exposto, infere-se que o preconceito linguístico⁶ atua como uma *miopia* do falante em relação às questões de língua, por esse viés, no plano discursivo de Maria Foltran, a ignorância, o *não-saber*, gerou a materialidade do discurso midiático.

Neste fato discursivo, consoante ao pensamento de Pfeiffer (2005, p. 31), instaura-se o lugar do *dizer escolarizado*, ou seja, a memória discursiva da “elite” brasileira que produz uma visão pré-determinada e conduz o comportamento do sujeito em relação à sua língua materna. No caso da língua oficial do Brasil, a portuguesa, essa relação perpassa os *instrumentos do Estado de normatização, estabilização, regulamentação dos sentidos do sujeito para ocupar seu espaço* (p. 34).

Além disso, trazendo esse efeito histórico para o âmbito da variação linguística, mais uma vez, os desencontros discursivos apontados no manifesto podem ter sido instaurados mediante a memória da escrita como norma culta imposta. Essa reflexão discursiva se efetua a partir da constatação dos linguistas, representados na voz de Maria José Foltran, de que os não estudiosos da linguagem misturam conceitos como língua padrão *versus* língua culta brasileira *versus* norma linguística regional aos processos de escrita associadas às questões de erro/acerto e gramatização. Diríamos até que, no fio discursivo dos sujeitos da mídia, há instaurado o *déficit* em relação ao assunto *norma linguística* tratado por Eugênio Coseriu (1979 [1952]), desenvolvido a partir da dicotomia saussuriana língua e fala, teoria democraticamente veiculada pelos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais).

É importante reiterar o papel simbólico que exerce a escrita, enquanto elemento essencial para o registro do saber. Nesse sentido, Auroux (1992, p. 17-18) reflete que para analisar *a história das representações linguísticas, o limiar da escrita é fundamental*. Ou seja, a palavra, elemento simbólico, passa do oral para o escrito a fim de reconstruir ou perpetuar o progresso de civilidade de sujeitos constituídos em formato de nação, de povo. Nesse ponto, pensemos no surgimento da gramática (normativa) como veículo transportador de um saber metalinguístico, institucionalizado pelo “Estado”, como forma de fixar e reger a língua oral (no sentido de verbal não-registrada) pela escrita. A contramão desta ideia é desconsiderar os outros tipos de produções de linguagem, de instrumentos de comunicação, relegando-os ao espaço do “erro”.

Nos estudos da linguagem, a atualidade revela a importância do ensino da língua culta aos sujeitos constituidores da sociedade como forma de legitimar um

⁶ Cf. acerca do assunto: BAGNO, 1999.

lugar que lhes é imposto pela escolarização. Eis aí onde reside a problemática! Pfeiffer (2005, p. 34) reitera essa afirmativa quando registra que:

Toda legitimação implica em apagamentos. Todos os instrumentos linguísticos envolvidos na construção da gramatização de uma língua e na sua administração implicam necessariamente na construção do efeito imaginário de unidade linguística. E do meu ponto de vista esse não é o problema fundamental. É um efeito necessário. O Problema está [...] em tomar estes instrumentos como a própria língua, sem atravessar seus efeitos imaginários, fazendo com que tudo que não se encontra neles contemplado seja dito no lugar do erro, do desvio, do regional, do folclórico, do íntimo (no familiar), enfim daquilo que pode estar subsumido no sentido de *oralidade*.

A mídia, ao debater massivamente acerca do ensino de língua materna, sublinha o efeito de desconhecimento das relações de língua veiculada ao fator sociocultural e ao desconhecimento do sujeito que a circunscreve. Não só dos que veiculam as informações no mundo das notícias – os jornalistas – como também de algumas autoridades constituídas sob o limiar língua/educação.

Ainda de acordo com Pfeiffer (2005, p.28), podemos afirmar que são sentidos que tratam de embates, de tensões e de confrontos aclarados à luz da história da difusão do conhecimento no mundo. A título de ilustração, a escolha de um livro didático, em primeira instância, já traz uma memória discursiva de aquisição de um saber comprometido. Em segunda instância, traz a memória discursiva da luta de classes, de sujeitos que almejam pelo acesso ao conhecimento em sociedades onde apenas os filhos de nobres detinham esse “poder” do saber. Por isso, “a língua fala de um lugar socialmente constituído”.

A materialidade do discurso “Língua e Ignorância”

Na materialidade discursiva veiculada pelo texto “Língua e Ignorância”, a autora desse instrumento discursivo discorre em defesa da ciência linguística tratando-a como se deveria compreendê-la: distanciada do senso comum que considera o ensino de língua no formato da gramatical tradicional: “erro” e “acerto”, conforme já dito.

O discurso se materializa por diversos ângulos: i) em relação ao tripé conhecimento/estado/sociedade, ou seja, a realidade do fator linguagem, a imposição do estado no tipo de ensino veiculado e o papel da sociedade em assimilar a educação proposta; ii) a temática nos conduz ainda a um problema mais profundo: a questão da qualidade da educação brasileira; iii) instaura-se, ainda, nesse fio discursivo uma deriva do conceito de língua materna dos linguistas para o conceito de língua dos “letrados” que recheiam a mídia televisiva; iv) e, também, a questão da disseminação do fator “língua” na sociedade brasileira, envolto nos tipos particulares

de normas que formam a norma linguística geral e, por fim, desembocamos na questão da formação de professores de língua portuguesa que, por vezes, não dá conta de apresentar ao sujeito desse processo um parâmetro discursivo novo em relação ao ensino de língua materna (oficial).

É preciso ressaltar que Foltran aponta os seguintes desencontros retirados do discurso midiático: os especialistas em linguagem, os linguistas, não foram consultados acerca do enunciado do livro didático e, se assim o fossem, estes teriam explicado teoricamente a questão, fator que geraria outro tipo de discurso. Vejamos:

1º parágrafo: (a ABRALIN) [...] vê a necessidade de vir a público manifestar-se a respeito, no sentido de endossar o posicionamento dos linguistas, pouco ouvidos até o momento.

2º parágrafo: Curiosamente é de se estranhar esse procedimento, uma vez que seria de se esperar que estes fossem os primeiros a serem consultados em virtude de sua *expertise*. Para além disso, foram muito mal interpretados e mal lidos.

Outro ponto que merece a atenção, nesta análise, pauta-se no fato de o texto do livro didático não ter sido analisado atentamente, momento enunciativo presente no manifesto que evidencia uma discreta crítica aos procedimentos educacionais brasileiros, além de reiterar a memória discursiva que impõe a gramática normativa como o padrão de língua a ser veiculado no espaço escolarizado. Nesse ponto, a autora designa alguns desses posicionamentos como *históricos* (sem racionalidade) e *virulentos* (opinião contagiosa no sentido negativo do termo).

Além disso, aqueles que tem “voz” na mídia são, muitas vezes, formadores de opinião ou, mais diretamente, manipuladores da opinião pública.

3º parágrafo: O fato que, inicialmente, chama a atenção foi que os críticos não tiveram sequer o cuidado de analisar o livro em questão mais atentamente. As críticas se pautaram sempre nas cinco ou seis linhas citadas...

Como revela o trecho desse terceiro parágrafo, é hábito da mídia levantar polêmicas, neste caso, talvez desencadeadas por falta de conhecimento. Assim, perpetua-se uma memória discursiva reinante desde longa data: a variação linguística é vista de forma estigmatizada pelos falantes brasileiros que não estão em contato com os estudos dessa natureza. Acerca do assunto Rosa Virgínia Matos e Silva, no livro “Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro”, fala sobre os processos sócio-históricos que contribuíram para solidificar o português falado no Brasil, diferentemente do processo histórico do português lusitano.

Ademais, a presidente da ABRALIN, nos parágrafos subsequentes (4, 5 e 6) aborda o assunto aclarando teoricamente o trecho polêmico do livro didático. Para tanto, trata de ciência relacionando as questões de linguagem e, de certa forma, tratando à parte os bens culturais, como pode se observar no trecho “[...] as línguas mudam no tempo, independentemente do nível de letramento de seus falantes, do

avanço econômico e tecnológico de seu povo, do poder mais ou menos repressivo das Instituições” (5º parágrafo).

Maria Foltran fecha a questão quando revela que: [...] “Independentemente da questão didático-pedagógica, a linguística demonstra que não há nenhum caos linguístico (há sempre regras reguladoras desses usos), que nenhuma língua já foi ou pode ser “corrompida” ou “assassinada” [...]” (7º parágrafo, grifo nosso).

Desejamos com os grifos efetuados marcar a posição da ciência defendida e materializada nas palavras de Foltran que retratam a desmistificação do preconceito linguístico que deixa à margem da educação os temas *diversidade* e *heterogeneidade* linguísticas. O termo *nenhuma*, impresso no discurso instaurado, aponta os resultados de pesquisas linguísticas que, por vezes, não chegam ao domínio público; não porque aos linguistas não interessa fazê-lo, mas, ao contrário, às autoridades não interessa divulgá-las. Os estudos linguísticos denotam que a língua pode e deve ser contextualizada, falada e respeitada, pois é instrumento de comunicação e expressão do pensamento usado de acordo com a vontade do falante. E, mesmo assim, ainda obedece a regras de funcionamento que, em alguns casos, foge aos parâmetros da gramática tradicional. Mas, nem por isso, quebra a gramática interna da língua, nesse contexto inserem-se as várias normas existentes na norma geral como: a norma individual do falante, a norma de um grupo específico (linguagem técnica, grupos sociais distintos: jovens ou idosos), a norma de uma comunidade particular, como as que vivem em ilhas e/ou fronteiras ou, ainda, a norma regional de um estado, entre outras.

Os termos “corromper” ou “assassinar” a língua revelam, mais uma vez, a posição da mídia e a memória discursiva histórico-cultural brasileira instaurada em relação às questões de língua. É fato que não se corrompe nem tão pouco se assassina uma língua, a coletividade age sobre ela diversificando-a e transformando-a no decorrer das épocas. A autora expõe discursivamente o fato, quando reitera que a posição do linguista não é julgar essa ou aquela variedade da língua, mas explicar o seu funcionamento para melhor entender os processos linguísticos e canalizá-los a fim de beneficiar o ensino-aprendizagem.

À parte as alusões aqui consideradas, Foltran finaliza o manifesto da ABRALIN adentrando ao tema mais caro à maioria dos educadores brasileiros: a qualidade do ensino de língua materna (oficial). Assim:

8º parágrafo [...] entendemos que o ensino de língua materna não tem sido bem sucedido, mas isso não se deve às questões apontadas [...].

Este trecho do manifesto inaugura a temática que mais interessa aos linguistas de aquém-mar. A intencionalidade impressa nesse discurso pode nos remeter a

dois questionamentos principais: i) se é tão importante assim o ensino da norma padrão divulgada pela gramática normativa, porque é que discentes de todos os cantos do Brasil, de um modo geral, não assimilam esse ensino, mesmo que expostos a ele durante tantos anos? ii) porque é que questões de ordem técnica, em relação à língua, estão veiculadas na mídia, enquanto outras de ordem tão urgentes estão relegadas a terceiro ou a quarto planos nas discussões que interessam a nação como:

a) os problemas educacionais brasileiros, entre esses, a valorização do profissional da educação;

b) a falta de segurança para os educadores;

c) a baixa qualidade de ensino em muitas regiões do Brasil;

d) a massificação do conhecimento, onde há excessivas preocupações com os percentuais educacionais e, na contramão deste fato, escassas preocupações com o valor e eficácia desse ensino-aprendizagem brasileiro?

Assim, o discurso se fecha com uma direção argumentativa que produz um efeito de sentido circular, no momento em que volta, propositadamente, ao título do texto:

Último parágrafo Por fim, é importante esclarecer que o uso de formas linguísticas de menor prestígio não é indício de ignorância ou de qualquer outro atributo que queiramos impingir aos que falam desse ou daquele modo. A ignorância não está ligada às formas de falar ou ao nível de letramento. Aliás, pudemos comprovar isso por meio desse debate que se instaurou em relação ao ensino de língua e à variedade linguística.

O final do texto de Maria Foltran aponta a problemática instaurada. Se considerarmos arbitrariamente a relação da norma culta com a das variedades da língua, teremos o apagamento da historicidade que institucionaliza a norma culta. Daí foge-se do que realmente é a língua: produção material que significa no sujeito. Pfeiffer (2005, p. 36) sobre a temática acrescenta:

O sujeito está “inteiro” em cada lugar em que está. E não deveria ser tomado enquanto aquele que vai à escola para aprender a sua língua, mas para estudar/compreender/ouvir falar/escutar sobre a assim designada na nossa história “língua portuguesa”, o que implica saber *sobre* as outras línguas que já circulavam e circulam no espaço brasileiro, o que implica saber que esta língua, como toda língua gramatizada, é efeito de uma unidade construída pelo gesto de interpretação inscrito em uma metalinguagem específica, isto é, ela poderia ser outra.

O designativo “ignorância”, então, deve ser tomado como pertencimento àqueles que não compreendem a constituição dos instrumentos linguísticos que tem como aparato a história de um país. Ignorante, pois, parafraseando as falas

de Foltran e Pfeiffer, é aquele que sem entender como se constroem determinados elementos de seu processo identitário – nesse caso os que dizem respeito à língua nacional/oficial brasileira – critica sujeitos que usam de instrumentos linguísticos diversos do esperado como princípio de ensino de língua.

Considerações Finais

Como gesto de leitura final em relação ao manifesto “Língua e Ignorância”, talvez Humboldt tivesse mesmo razão em afirmar que a língua é o *espírito da nação*. Não podemos arguir que a cultura determina o sentido, mas o sujeito pode ser compreendido se inserido na memória histórica que o envolve. Isto é: esse processo de significação pode ser compreendido ideologicamente.

Referências

- AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1992.
- AUROUX, Sylvain. *A filosofia da linguagem*. (traduzido por José Horta Nunes). Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.
- BAGNO, Marcos. *Preconceito Linguístico*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- BIDERMAM, Maria Tereza Camargo. *As Dimensões da Palavra*. In: Revista de Filologia e Linguística Portuguesa. Araraquara, SP: Ed. ENUESP, Campus de Araraquara, nº 2, p. 81-118, 1998.
- COSERIU, Eugenio. *Teoria da linguagem e linguística geral: cinco estudos*. Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: Editora da USP, 1979.
- COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de Gramática Histórica*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Ao livro Técnico, 1976.
- DIÉGUES JUNIOR, Manuel. *Regiões Culturais do Brasil*. Rio de Janeiro: INEP, 1960.
- GUIMARÃES, Eduardo; ZOPPI-FONTANA, Mônica. *Introdução às ciências da linguagem: a palavra e a frase*. Campinas: Pontes Editores, 2006.
- GUSDORF, Georges. *A Palavra*. Lisboa: Edições 70, 1995.
- PFEIFFER, Claudia Regina Castellanos. O saber escolarizado como espaço de institucionalização da língua. In: GUIMARÃES, Eduardo; BRUM de PAULA, Mirian Rose. (Orgs.) *Sentido e Memória*. Campinas: Pontes Editores, 2005, p. 27-39.
- SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola editorial, 2004.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. A dança das gramáticas. In: ORLANDI, Eni Puccinelli. *Terra à vista: discurso do confronto velho e novo mundo*. São Paulo: Cortez/Ed. Da UNICAMP, 1990, p. 73-100.